

CARNAVAL EM TEMPOS DE GUERRA *

*Flávia de Sá Pedreira***

Resumo

O Carnaval brasileiro, um dos símbolos da nossa “identidade nacional”, foi controlado pelas autoridades políticas e policiais, durante o período da Segunda Guerra Mundial. A folia em tempo de guerra tornou-se o alvo de uma polêmica divulgada pela imprensa da época, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro, então capital federal, e de Natal, sede da maior base aérea norte-americana em solo nacional. Este estudo focaliza as aproximações, distanciamentos e especificidades de cada cidade em relação às proibições dos festejos carnavalescos e à política pan-americanista que marcaram o período.

Palavras-chave

Carnaval; guerra; cotidiano; identidades; nações.

Abstract

Brazilian Carnival, one of the symbols of our “national identity”, was controlled by political and police authorities during the Second World War. This party in war times became the target of hard controversy spread by the press, especially in the cities of Rio de Janeiro, Brazil's federal capital at the time, and Natal, headquarters of the biggest North American airbase in this country. This work focuses on the approximation, distance and specificities of each city in relation to Carnival prohibition and on the Pan-American politics that marked the period

Key-words

Carnival; war; daily life; identities; nations.

A discussão sobre a “conveniência” de ocorrerem as comemorações carnavalescas na fase mais crítica da Segunda Guerra, período que coincidiu com a entrada formal do Brasil no conflito mundial, foi assunto que ocupou por várias vezes as principais páginas dos jornais de várias capitais brasileiras. Na então capital federal essa polêmica ganhava fôlego, indicando uma preocupação por parte da população em geral e de seus expoentes intelectuais com os possíveis significados da festa pagã e sua associação ao símbolo de “maior festa popular brasileira”. Entretanto, em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, que sediava a maior base aérea norte-americana do Nordeste, *Parnamirim Field*, esse debate tomaria um direcionamento muito diferente.

Com exceção dos reclames dos integrantes do movimento católico em prol da proibição dos festejos momescos, que desde os anos 20 estiveram presentes nas páginas *d’A Ordem*, as primeiras manifestações formais contrárias à realização do Carnaval datam do período da guerra, especialmente a partir de janeiro de 1942, durante a realização da III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro, no auge da política pan-americanista. Artigos e editoriais de vários órgãos da imprensa carioca passaram a veicular opiniões favoráveis à proibição da festa, sob a alegação de que, entre outras coisas, “o Carnaval de rua e a Conferência Continental são incompatíveis. Uma coisa exclui a outra. E, certamente, a Conferência é mais importante (...)”, pois, afinal de contas,

Que juízo poderão fazer de nós os espíritos de elite (é evidente que cada país se esmerará em selecionar a sua representação) que vindos de longes terras para tratar assuntos de extrema gravidade e magnitude, tiverem, na Avenida Rio Branco, ou em qualquer outra rua, os seus passos embargados por uma multidão ululante, suarenta e mal cheirosa, a berrar canções carnavalescas, que eles não entenderão; com “dançadoras” às centenas ou milhares a requebrar os vastos quadris e tremelicar as “fachadas somáticas” em ritmos de música sensual?!

Criou-se a partir daí uma onda de boatos que afirmava a interdição do Carnaval naquele ano, sendo que a restrição daria respeito apenas ao carnaval de rua, subvencionado pelos poderes públicos, não aos bailes dos clubes e associações particulares, que poderiam ter sua continuidade assegurada. A proibição deveria ater-se à “multidão ululante, suarenta e mal-cheirosa”...

Outro acontecimento que os defensores da proibição da festa momesca utilizaram para justificar o seu intento foi o bombardeamento de alguns navios brasileiros pelas forças do Eixo: dizia-se que, com tamanha tragédia nas costas do país, o povo não veria nenhum motivo para se alegrar naquele ano. Nesse sentido, o mais lógico seria suprimir a festa em nome das vítimas e do sofrimento de suas famílias. Em seu “O Carnaval e as afirmações cristãs”, um representante do movimento católico esbravejava: “E mui princi-

palmente na hora em que atravessamos, o Carnaval é um crime contra Cristo e contra a Pátria. E tanto assim é que as autoridades do Brasil não tomaram oficiais os seus festejos”.²

Entretanto, algumas vozes contrárias à proibição do Carnaval devido ao acirramento da guerra começaram a ter seu espaço na imprensa, como o Barão de Itararé (pseudônimo do jornalista Aparício Torelli, editor do jornal *A Manhã*), que assinava a coluna “Amanhã tem mais...” no *Diário de Notícias*. Itararé escrevia sobre o assunto da maneira mais irônica possível, sempre tentando extrair de seus leitores alguma forma de reflexão um pouco mais elaborada do que o previsto no senso comum. Ao escrever “Surpresas da guerra”, por exemplo, questionou prontamente o argumento que relacionava o bombardeio dos navios brasileiros à necessidade de se proibir o Carnaval. Dizia ele que “não podemos perder a calma”, uma vez que “no sábado de Carnaval nenhum folião poderia imaginar que no domingo o *Buarque* fosse torpedeado e na segunda-feira magra nenhum careca poderia prever que o *Olinda* seria posto a pique na terça-feira gorda”.³

Em outro momento, Itararé escreveu que “a cidade está em polvorosa. Discute-se acaloradamente se deve ou não haver Carnaval e a população está dividida em dois fortes partidos: um a favor e outro contra o rei Momo”, concluindo satiricamente: “Há uma solução lógica para o problema, uma vez que subsista a liberdade: – os que são contra fiquem em casa, lamentando a falta de juízo desses brasileiros inconscientes que, num momento como este, em vez de colaborar no esforço de guerra, preferem saracotear e gastar as suas energias em chinfrinadas. Os que são pela folia que formem o cordão e, por sua vez, lastimem os patrícios que só conseguem servir ao país com muita gravidade e sem direito a uma boa gargalhada”.⁴

Um “Carnaval tolerável” para a polícia da capital federal significava um Carnaval descaracterizado e destituído de qualquer sentido de irreverência e contestação, ficando especialmente proibidos os desfiles de “grupos formados por indivíduos maltrapilhos, à guisa de blocos e empunhando latas velhas, fragmentos de madeira e outros objetos agressivos, bem como o uso de fantasias constituídas por tangas e calções de banho” e também impedindo a “organização de serpentes, trens de ferro ou tudo que redunde em correrias no seio da multidão, assim como vaias e agressões à guisa de manifestações carnavalescas” ou, ainda, não admitindo “como fantasia carnavalesca qualquer símbolo patriótico (nem) a adoção de cânticos ofensivos à moral (e) canções alusivas a corporações civis, militares e cultos religiosos”.⁵ O que chama a atenção é o fato de que as autoridades não proibiram propriamente a realização da festa, mas tentaram cerceá-la por todos os lados, ou em todos os *fronts*. Pode-se presumir que essa alternativa tenha sido tomada como forma de antecipação/prevenção ao insuspeitado mal-estar com o que pudesse ocorrer nas ruas, caso houvesse mesmo a tal proibição. Numa situação de tensão

generalizada, a melhor tática seria não decepcionar os anseios populares e foi isso o que a prefeitura da capital federal decidiu fazer, tanto naquele ano da Conferência Continental, como no ano seguinte:

(...) o auxílio oficial será concedido, a exemplo dos anos anteriores, estando os poderes competentes interessados em facilitar o mais possível todas as iniciativas que possam contribuir para os festejos carnavalescos externos. Rufram, pois, os boatos de que não haveria o Carnaval de rua.

Considerando que o Carnaval é motivo para festejos de tradição eminentemente popular, a Prefeitura do Distrito Federal prestará o seu apoio a iniciativas que tenham esse caráter, colaborando para o divertimento do povo em todos os setores da cidade.

No entanto, o governo municipal não tomará nenhuma iniciativa para a realização de festas de cunho oficial, deixando de promover, por isso, o baile de gala, no Teatro Municipal.⁶

Como se vê, o apelo aos aspectos tradicionais da festa servia como uma boa justificativa para que os poderes públicos a consentissem em meio à realização de tão importante reunião política internacional. Dessa forma, deslocava-se o enfoque da discussão para o terreno seguro e inquestionável da “tradição”, como se isso conseguisse ocultar o lado transgressor do Carnaval de rua, temido e alardeado como perigoso pelos jornais.

Através do olhar *outsider* de Ivonne Jean, estrangeira que morava havia alguns anos no Rio de Janeiro, pode-se ter uma idéia de como a discussão sobre a proibição do Carnaval atingiu diversos setores da sociedade da época. Ao publicar suas opiniões em um artigo no *Diário de Notícias*, Jean propunha-se a defender o Carnaval no contexto de guerra, entre outras coisas, por perceber que o incômodo com a festa pagã preexistia ao conflito mundial, o que tomava improcedente a justificativa utilizada pelas autoridades e poderes constituídos naquele momento; e acrescentava à sua argumentação que ao povo brasileiro caberia receber ao menos um esclarecimento sobre o veto à sua festa maior, já que sem isso bem poderia haver uma coerente exasperação dos ânimos populares, de imprevisíveis conseqüências. Por fim, ciente de ser uma espécime de outra nacionalidade, ela ponderava:

Agora, se algumas pessoas me vierem dizer, num tom de recriminação: “Mas por que você se mete nestas coisas? Isto não é da sua conta”, eu teria de concordar (...) A intenção era boa e apresentarei, como circunstância atenuante, que certamente apanhei o vírus carioca, sem me aperceber (...) Faço esta defesa do Carnaval, a que assisti uma vez, porque ele me impressionou pela sua espontaneidade. E admirei, e comigo muitos estrangeiros, quanta educação e decência se escondiam debaixo de toda aquela loucura superficial e a alegria primitiva que faz tanto bem nesta época onde a supercivilização nos dotou sobretudo dos mais aperfeiçoados meios de matar.⁷

Nas instruções da chefia de polícia para o Carnaval de 1943, além da proibição do uso de máscaras e das canções “cujas letras ofendam à moral e ao decoro públicos, e as que se refiram ao Governo e à sua orientação político-administrativa”, o tratamento dispensado aos estrangeiros também mereceu destaque: “É vedado participar dos festejos carnavalescos aos nacionais dos países em guerra com o Brasil”, o que evidenciava o ranço de discriminação e xenofobia presente no ideário estado-novista.⁸ Mesmo assim, os editoriais jornalísticos continuavam mostrando-se otimistas quanto à realização da festa, apesar de todas essas restrições:

(...) A situação atual, imposta pela guerra, impôs algumas restrições, mas que não contribuirão absolutamente para diminuir o brilho do Carnaval de 1943. Não teremos os magníficos préstitos das tradicionais e queridas sociedades, que constituem o maior acontecimento da Terça-feira Gorda. Os blocos e ranchos não desfilarão ao som das suas lindas marchas. Não assistiremos aos trotes e às intrigas, e não ouviremos a clássica frase – *Você me conhece?*, dita com voz de falsete, porque os carnavalescos não poderão usar senão as próprias máscaras com (ilegível) vivem.

Mas tudo isso será plenamente substituído pelos grandiosos bailes, organizados pelas nossas principais sociedades e associações. E o povo cantando e dançando encherá a cidade de alegria e entusiasmo, e fará esquecer os dias de tristeza, de aperturas e atribulações que suportou durante um ano!⁹

Um exemplo de como a polêmica estendeu-se para além dos salões e avenidas, alcançando o âmbito das letras e artes, foi a estréia no mesmo ano da peça de teatro *Rei Momo na guerra*, no Teatro Recreio, uma comédia com Manuel Vieira, Mary Lincoln, Dercy Gonçalves e Pedro Dias nos papéis principais, e que foi considerada um verdadeiro sucesso de bilheteria.¹⁰ Além disso, sob o título “O Carnaval e a Guerra”, o *Jornal do Brasil* passou a divulgar o que alguns intelectuais pensavam a respeito dessa discussão, como, por exemplo, Mário Benjamin Costalat e Barbosa Lima Sobrinho. Este último manifestou-se sobre o assunto afirmando que “Numa situação dessa (de guerra), o Carnaval teria alguma coisa duma festa de inconscientes. Enquanto o mundo pelejava e sofria, haveria um país no mundo mais preocupado com o Carnaval do que com seus deveres e com o próprio destino da humanidade”, acrescentando que o “povo que faz questão do Carnaval não é assim tão numeroso”, compondo-se principalmente “dos diretores e acionistas das companhias de transporte, dos negociantes que desejam vender as suas mercadorias”, ao que concluía categórico: “Não há nenhuma vantagem para o público. São despesas improdutivas.

Representam novos gastos inúteis, para uma população onerada com o alto custo de vida do momento.¹¹ Assim, o critério de valoração da festa adotado pelo autor perpassava uma noção de utilidade e praticidade, destoando completamente do aspecto de desperdício supostamente inerente à realização dos festejos carnavalescos.

Para o outro articulista do periódico carioca, Benjamin Costalat, o Carnaval estaria se transformando em um mito, levado muito a sério “como um herói nacional, respeitável como um dogma, inatingível como um tabu”. Embora não descartasse seu valor, argumentava que “o Carnaval no Brasil deve ser tratado mais esportivamente, como uma festa colorida e popular, festa para a expansão da alegria e do *bom* humor, tão necessários à saúde dos povos como dos indivíduos. E nada mais”. Concluía sua argumentação apontando para a “ingenuidade” da mentalidade popular, que “sonha mais com as calcinhas de veludo e a sua cabeleira de Príncipe de cordão, do que com os problemas nacionais e a seriedade da hora”.¹² O autor não se dizia favorável ou contrário à realização do Carnaval no *momento* beligerante, mas apontava o caráter extremamente ambíguo de sua transformação em mito nacional – o que sugere que não havia unanimidade quando o assunto em pauta era a escolha de nossos símbolos nacionais, pela intelectualidade da época.

Por outro lado, a prefeitura municipal dava prosseguimento à sua abstinência carnavalesca, o que significava a retirada do já minguado auxílio aos préstitos e ao baile do Teatro Municipal – atitude que perdurou o final da guerra:

(...) este ano também a Prefeitura não mandará ornamentar e nem iluminar os logradouros públicos, como vinha acontecendo até o ano de 1942, por ocasião dos festejos de Carnaval (...) *As razões justíssimas que determinaram “: as medidas em apreço dispensam comentários.* Todavia, para não deixar que a Capital da República apresente o seu aspecto normal nos três dias do faustoso Reinado de Morno, bem podiam os clubes, as sociedades e os particulares tomar a si este encargo.¹³

Tanto a Liga da Defesa Nacional quanto a União Nacional dos Estudantes empenharam-se na organização do “Carnaval de exaltação patriótica” em 1943, realizando o “Préstito Cívico nas noites de Domingo, Segunda e Terça-feira, pela Av. Rio Branco”.¹⁴ Outro exemplo do ardor patriótico que supostamente teria tomado de assalto os festejos carnavalescos desse ano foi noticiado sob o título “Patriotas acima de tudo”:

É um erro pensar que os carnavalescos só cuidam dos festejos de Momo (...) Ainda há dias tivemos um exemplo. A União Geral das Escolas de Samba, num gesto nobre e que teve larga repercussão, realizou com absoluto sucesso uma parada de melodias, em benefício da Cantina do Soldado. É preciso dizer mais? A espontaneidade da atitude assumida e a finalidade da festa que teve a solidariedade do público servem para desmentir os que ainda não compreenderam que acima do espírito carnavalesco, colocam todos o sentimento de brasilidade.¹⁵

E como teria respondido a população foliã a esse arremedo de Carnaval? Para o desgosto dessas instituições, a grande maioria da população carioca que se envolvia de corpo

e alma nos festejos carnavalescos não apresentou a receptividade que era esperada. Apesar da propaganda ufanista alardear pelos jornais que “encerrou-se, afinal, na terça-feira o *Carnaval da Vitória* com um grande préstito organizado pela UNE, constante de alegorias patrióticas, em propaganda das obrigações de guerra e de críticas ao nazi-fascismo e ao integralismo (e que) as charges, por meio de cartazes ou representadas por estudantes, contra Hitler, Mussolini, Hirohito e a Quinta Coluna nacional obtiveram grande êxito (havendo) momentos de extraordinária vibração da massa popular”,¹⁶ também foi feito um balanço geral das comemorações carnavalescas na cidade, cujo resultado apontava uma considerável diminuição no entusiasmo e participação da população, valendo-se de alguns dados estatísticos:

O povo carioca, como deve ter acontecido em todo o país, retraiu-se, em grande parte, das expansões carnavalescas, pela consciência do grave momento que está vivendo o mundo, particularmente o Brasil.

(...) A ausência dos préstitos dos grandes clubes, que constituem sempre a nota empolgante do último dia do Carnaval, também concorreu para essa frieza, compensada, embora, em parte, pelos desfiles de caráter cívico, organizados sob os auspícios da Liga da Defesa Nacional e da União Nacional dos Estudantes, para utilizar a oportunidade dos festejos carnavalescos no sentido de uma ampla propaganda do nosso esforço de guerra.

O decréscimo de movimento nas ruas refletiu-se no comércio, inclusive o de bebidas, que sofreu um declínio sensível em relação aos carnavais anteriores. Também se verificou grande decréscimo no movimento dos trens da Central do Brasil. Passaram pelos torniquetes da Estação D. Pedro II 261.206 passageiros – número que apresenta uma diferença para menos, em relação ao movimento do carnaval de 1942, de (ilegível) passageiros. A renda dos trens no penúltimo carnaval foi de Cr\$ 93.672,00 e a do carnaval deste ano não passou de Cr\$ 62.524,00, havendo, portanto, uma diferença para menos de Cr\$ 31.148,00.¹⁷

Sem dúvida, os números apontam um decréscimo na participação da população no Carnaval carioca daquele ano em comparação aos anteriores. Além do que, na mesma página pode-se ler que o “grande entusiasmo” teve lugar nos clubes particulares, em contraste ao “Carnaval externo (que) esteve fraco”.¹⁸ É provável que esse desânimo generalizado estivesse refletindo a própria descaracterização do Carnaval daquele ano, por causa da imposição das “instruções” policiais, contribuindo para o esvaziamento das ruas e avenidas. Pensando nisso, o Barão de Itararé incrementava suas profecias burlescas:

Enfim, está decidido que teremos carnaval este ano, com guerra e tudo. O carnaval deste ano, porém, será completamente diferente dos outros carnavais, porque será um carnaval sem máscaras, sem lança-perfumes e sem bagunça. O indivíduo que conseguir se divertir nessas condições, isto é, brincar de carnaval, sem nada na cara, sem poder espirrar os jatos de éter perfumado no olho dos incautos e desfilar pelas ruas cantando em surdina, não poderá ser

considerado, a rigor, como um folião, mas deverá ser canonizado como um verdadeiro tauturgo, por ter conseguido realizar o grande milagre de fazer carnaval sem lançar mão de nenhum elemento essencial ou indispensável para o carnaval”;

ao final, concluía seu raciocínio fazendo uma sugestiva analogia:

Hitler, há tempos, baixou um decreto, proibindo que os judeus cuspissem no chão, sob pena de prisão perpétua. Aos judeus, entretanto, era concedida a graça de cuspir no lenço. No dia seguinte, era publicado outro decreto, proibindo expressamente aos judeus, sob pena de fuzilamento, o uso de lenços. (...) O carnaval é uma festa de mascarados, que jogam lança-perfumes, fazendo algazarra. Carnavalesco sem máscaras, sem lança-perfumes e sem direito a berrar, como um desesperado, é como judeu na Alemanha, sem lenço e com vontade de cuspir.¹⁹

No penúltimo ano da guerra, os jornais anunciaram que “não haverá Carnaval externo: como no ano passado, a Prefeitura não subvencionará a organização de prêmios nem promoverá o baile de gala do Municipal. Atendendo a que o país se encontra em estado de guerra e que persistem, por isso, os motivos que levaram a Prefeitura a não promover, no ano passado, os festejos carnavalescos, o prefeito resolveu que aquela deliberação seja mantida também este ano”.²⁰ Além dessas deliberações, também houve a regulamentação de horários e modalidades de festejos, como no caso dos banhos de mar à fantasia, realização de bailes e outros folguedos. Com isto, a chefia de polícia permitia a realização do Carnaval, condicionando-o às restrições que já vinham sendo colocadas em prática. Uma festa sem o “apoio das autoridades administrativas”, sob a já conhecida alegação de que “o esforço de guerra exige nesta hora todas as nossas energias (...) não é este o clima para o júbilo e expansões próprias para os festejos carnavalescos. Marte e Momo não se casam bem. Aquele domina nesta hora, este deve recolher-se, aguardando a alvorada da paz”.²¹ Ao lado dessa ausência de subsídios oficiais à realização da folia, outro fator teria contribuído para que o Carnaval desse ano fosse considerado fraco: “a falta de escrúpulo de grande parte do comércio está concorrendo para o declínio da nossa festa popular”, na medida em que “tubos de lança-perfume que, o ano passado, custavam, por exemplo, 10 a 15 cruzeiros, estão agora por 40 a 60 cruzeiros (...) uma demonstração de espírito de ganância revoltante, provocando o quase total desaparecimento desses brinquedos típico”.²²

Como reflexo desse estado de coisas, detectava-se uma transformação na festa, que começara a se evidenciar desde 1942, ou seja, o declínio do carnaval de rua e o fortalecimento do carnaval interno:

A perda sensível da vibração no Carnaval externo é, aliás, compensada pela crescente concorrência aos bailes, em alguns dos quais vêm se registrando um entusiasmo e uma frequência incomuns.²³

Todas as medidas de restrição aos festejos de rua que foram sendo adotadas progressivamente ao longo desses anos beligerantes culminaram com a proibição da venda de bebidas alcoólicas e das exhibições do frevo, em 1945:

Em portaria recente, o chefe de polícia proibiu a venda de bebidas alcoólicas durante os festejos carnavalescos, a partir das 12 horas de hoje. Serão permitidos apenas o *chopp*, a cerveja e o *champagne* até às 2 horas da manhã. Os restaurantes poderão servir vinho por ocasião das refeições.

(...) O chefe de polícia resolveu proibir as exhibições do frevo pernambucano nos bailes. Essa proibição, entretanto, não se estende aos clubes sociais, mas *somente nos bailes de caráter popular, onde, pelo seu ritmo, a dança poderá dar margem a excessos e incidentes*.²⁴

É interessante notar como de um ano a outro houve uma reviravolta em se tratando dos bailes de frevo. O *Jornal do Brasil* anunciara que “segundo está sendo propalado, o Carnaval de 1944 será bem animado pelos conjuntos de frevo existentes nesta capital. Bola de Ouro, Batutas da Cidade Maravilhosa, Mixto Vassourinhas e Pás Douradas, os mais conhecidos [farão] uma grande exhibição das famosas músicas e danças do Nordeste nos dias consagrados aos maiores festejos populares do Brasil”.²⁵ Em outra matéria, lia-se que “sem a participação das sociedades que representam o Carnaval carioca, a música e a dança do Nordeste irão aproveitar a oportunidade para uma exhibição portentosa, monumental (...) O Frevo, convém salientar, aqui chegou e venceu, mas venceu depois de enfrentar mil dificuldades com extraordinária dedicação e persistência dos seus introdutores na Cidade Maravilhosa”.²⁶

Ou seja, se o intento das autoridades empenhadas em colocar restrições quase insuportáveis às comemorações carnavalescas era, em última instância, o de fazer esvaziar as ruas da capital federal, as exhibições dos grupos nordestinos que divulgavam o frevo surgiam como algo muito perigoso, dada a enorme quantidade de pessoas que arregimentava com seu ritmo e acrobacias alucinantes. Sendo assim, já no ano seguinte, o entusiasmo com que a população carioca aplaudira de início a febre do “passo” foi boicotado através de mais um edital policial:

Proibido o frevo nos bailes públicos – O Chefe de Polícia resolveu proibir as demonstrações de frevo nos bailes de caráter público sob o fundamento de que tal dança, sob o seu ritmo vertiginoso pode dar lugar a excessos e incidentes.²⁷

A essa “medida preventiva” da polícia da capital federal, um dos grupos de frevo já bastante conhecido, o Pás Douradas, “representante do frevo entre nós”, resolveu manifestar o seu protesto de forma bem criativa, isto é, fazendo um desfile-passeata em honena-

gem à imprensa: (...) a diretoria do Pás Douradas (...) resolveu dedicar a passeata da tarde de hoje à Imprensa Carioca, cujas redações serão saudadas pelo cortejo do frevo. A saída está marcada para as 16 horas, da rua do Propósito, 40, na Saúde. Na terça-feira às 16 horas desfilará novamente o Pás Douradas afim de saudar os seus associados de honra, percorrendo também as ruas centrais”.²⁸

Neste caso, o excessivo zelo da chefia de polícia dizia muito sobre o próprio frevo e suas origens:

Final, os primeiros criadores do frevo saíram da patuléia; de associações de classe, a exemplo do Clube Mixto Vassourinhas, fundado por varredores de rua, os garis (...) O frevo é um amálgama dos gêneros musicais ouvidos no Recife no final do século XIX e início do XX. Mescla de elementos de maxixe, polca, dobrado, modinha, quadrilha. Do passo não se tem dúvidas: surgiu de capoeiristas que acompanhavam as bandas de música pelas ruas do Recife, fazendo suas evoluções diante delas.²⁹

O preconceito tomava-se explícito, uma vez que somente a esse tipo de dança/música carnavalesca nordestina a polícia preocupou-se em proibir, pois às escolas de samba cariocas ainda restava a “alternativa” de desenvolver enredos de cunho cívico-patriótico, o que seria risível em se tratando do frevo.

Mais uma vez, o Barão de Itararé manteve-se atento aos altos e baixos da polêmica sobre a comemoração do Carnaval nesses últimos anos de guerra, chegando à conclusão de que “o Carnaval é, depois do sr. Ataulfo de Paiva, a coisa mais séria do Brasil. Só quem não sabe disso é que se atreve a perguntar se deve ou não deve haver carnaval este ano”.³⁰ Do mesmo modo, em 1945, dizia ele que a Prefeitura, quando consultada se deveria ou não proibir o Carnaval, “lavou as mãos como Pilatos ou qualquer outro cidadão que tenha certa consideração pela higiene, acrescentando que não auxiliaria nem impediria as iniciativas carnavalescas”, ao que ironicamente acrescentou: “Ligando os fatos, agora, podemos recompor a situação da seguinte forma: vai haver Carnaval e não vai haver. Isto é, os clubes não gastarão um cupro-níquel com a decoração interna, mas, naturalmente, cobrarão entrada de todas as pessoas que quiserem se divertir com ‘elegante moderação’. Os mascarados poderão comparecer a caráter e as pessoas de caráter terão liberdade para deixar o caráter na chapelaria”.³¹

Nesse último ano da guerra, uma analogia entre as comemorações carnavalescas e a situação dos soldados na *front*, publicada sob o título de “Depoimento sobre o Carnaval”, trazia a seguinte reflexão:

Por que será que os americanos organizam “shows” para os soldados até na linha de frente? O soldado que no dia seguinte marchará para o ataque, bebe, canta e dança na véspera. Como admitir então que o povo, longe do “front”, não possa divertir-se livremente?³²

De fato, muitos programas de rádio foram transmitidos pela Rádio Nacional do Rio de Janeiro na Itália, contribuindo para a animação dos soldados: “Chega ao *front* italiano o Carnaval brasileiro (...) nos bailes no campo de repouso em Ferris”.³³

Em Natal, da mesma forma, as tropas aqui estacionadas bem que se divertiam, tanto nas festas organizadas nos moldes norte-americanos dos clubes do United Service Organization (USO), quanto no Carnaval de rua e outros festejos da sociedade local. Qual teria sido, então, a repercussão dessa polêmica sobre a proibição da festa pagã, eleita como um dos nossos caros símbolos nacionais, na distante capital potiguar?

Potiguarês, cariocas e americanos na folia

Muitos casos de conflitos entre americanos e potiguarês aconteceram durante as comemorações do Carnaval natalense, e isto serviu para ensejar a proliferação de argumentos favoráveis à sua proibição, no período da guerra. A própria prática dos “assaltos” – costume dos blocos carnavalescos de adentrarem as residências de personalidades ilustres da cidade, mediante aviso prévio, para fazer uma grande farra, com banda de música, danças e brincadeiras diversas, ao final do que os proprietários teriam que oferecer bebidas e comidas a todos os presentes – começou a ser apontada como um verdadeiro perigo para a “boa sociedade” pelas autoridades policiais, uma vez que podia se confundir com a ocorrência de assaltos propriamente ditos. No inquérito policial referente ao “roubo de jóias, acontecido na última noite de Carnaval, na residência de dona Zulmira Xavier Figueiredo, quando esta preparava-se para uma batalha [de confete]”, por exemplo, ficou registrado que a realização de um “assalto” (festivo) acontecera momentos antes de a proprietária ter se dado conta do assalto (roubo), tendo isso provavelmente contribuído para a consumação do mesmo.³⁴

Mas, ao contrário do que aparentemente esse tipo de associação pudesse indicar, em Natal a festa de Momo não foi proibida em nenhum dos anos de guerra, sofrendo apenas algumas restrições por parte da polícia e, mesmo assim, somente anos depois de terem sido adotadas medidas semelhantes pela polícia da capital federal em relação ao Carnaval carioca. Isto posto, pode-se questionar sobre quais motivos teriam levado a essa visível ambigüidade no Carnaval natalense. Nos anos iniciais da polêmica, por exemplo, nada foi publicado pelos jornais locais a respeito, havendo, ao contrário, a divulgação da idéia de que fossem prolongados os festejos carnavalescos a algumas semanas anteriores à data oficial:

Esteve reunida a Federação Carnavalesca – Ficou deliberado que uma semana antes do Carnaval sejam realizadas duas grandes concentrações no bairro do Alecrim, [estando] convocados para participarem da mesma os representantes de todas as sociedades carnavalescas desta capital.³⁵

Desde o ano anterior, quando tiveram início os concursos de músicas carnavalescas, promovidos pela Rádio Educadora de Natal e o jornal *O Diário*, o assunto em voga não era nenhuma proibição da festa, mas sim a sua melhor organização e maior divulgação, afirmando-se que em 1942 “decorreram com brilhantismo os festejos carnavalesco”.³⁶ Ao lado da Federação Carnavalesca, foi criada a Federação dos Folguedos Tradicionais, com sede no Alecrim e que se ocupava da “organização dos pastoris, fandangos, festas novenáveis de São Pedro”³⁷ etc. Isso, em parte, dava-se como resposta aos arroubos americanófilos que cresciam entre as camadas média e alta da sociedade natalense, em seu deslumbramento com o *American way of life* e as cada vez mais atuantes orquestras americanas que visitavam a cidade para o entretenimento de suas tropas, bem como as bandas das corporações militares do estado que passaram a adotar nomes em inglês, como a *Jazz Band* e a *OK*, e que privilegiavam a execução de músicas norte-americanas, em detrimento da produção musical “da terra”.

Era como se a população potiguar tivesse que se opor às influências exógenas armando-se nas trincheiras das manifestações culturais locais/nacionais. Entende-se que, em decorrência disso, o Carnaval passou a ser a festa escolhida para melhor resguardar o *locus* da cultura brasileira naquele momento. O que pode esclarecer que as proibições contidas nas instruções da polícia da capital federal não tenham sido sequer aventadas em Natal, a não ser a partir de 1943. Antes disso, houve até a premiação dos blocos que mais consumissem lança-perfumes e não se falava em proibir o uso de máscaras nem o de determinadas fantasias, como na capital da República já ficara explícito, bem antes, pelos jornais: “(...) a Cia. Rhodia, por intermédio de seu representante nesta capital, ofertará uma taça para o bloco que consumir maior quantidade de lança-perfumes”.³⁸

A guerra sequer foi mencionada e o Carnaval natalense seguiu “revestindo-se de brilho e alegria”, dando-se o mesmo no noticiário de 1942, que dizia: “a cidade encontra-se sob o domínio de Momo”.³⁹ O tema “Carnaval e Guerra” só apareceu nas manchetes dos jornais natalenses em 1943, embora isso tenha se dado de uma forma bem menos chamativa que na imprensa carioca. Aliás, deve-se atentar para o fato de que, enquanto na capital federal a ênfase recaía sobre a “necessidade” de haver restrição a determinados aspectos característicos da festa, o que terminava por empobrecer o carnaval de rua, em Natal falava-se na possibilidade de se juntar esforços da iniciativa privada com a Federação Carnavalesca para que houvesse um Carnaval à altura do que merecia sua população menos abastada:

O povo humilde, que não pode freqüentar os clubes luxuosos, estava triste. A situação internacional e as dificuldades tremendas da época presente obrigaram ao Governo do nosso Estado a não fornecer por conta dos cofres públicos o necessário numerário para a iluminação da Avenida Rio Branco, local onde se realizam os principais festejos carnavalescos da cidade. Assim sendo, o Carnaval de rua praticamente não seria levado a efeito (...) Uma comissão da Federação Carnavalesca (...) entrou em entendimento com a Cia. Força e Luz, encontrando a máxima boa vontade do ilustre e operoso gerente daquela empresa, dr. Martins dos Santos, assim como do sr. Jack Romanguera, da alta administração da Tramways, atualmente nesta capital (...)⁴⁰

Em pleno Domingo Gordo, as “providências para o período carnavalesco” tomadas pelo chefe de polícia do estado, coronel André Fernandes, o diretor do Deip, dr. Edilson Varela, o delegado da ordem social, dr. José Ildefonso Emerenciano e pelo comandante da guarnição de Natal, general Gustavo Cordeiro de Farias, foram divulgadas pela imprensa, alertando-se que tais providências deviam ser “contra os que, de qualquer maneira, seja por meio de oratória, alegorias carnavalescas ou crítica disfarçada, pretendam fazer propaganda de idéias extremistas ou fazer alusões incompatíveis com o momento”.⁴¹ Mas isto não significava nenhuma proibição do carnaval nas ruas da cidade e, no ano seguinte, *A República* divulgava notícias dos carnavais carioca e natalense, acentuando-se a impressão de que a guerra estaria prejudicando aquele exclusivamente:

O prefeito carioca, como já fez no ano passado, suspendeu a subvenção que vinha sendo concedida aos clubes carnavalescos locais. Motivou a tal medida o fato de encontrar-se o Brasil em guerra. Não haverá carnaval externo no Rio de Janeiro.

(...) Os foliões da cidade já estão em preparativos para a arrancada dos festejos de Momo. Hoje a Rádio Educadora de Natal vai dar o grito de carnaval, iniciando às 19 horas um programa carnavalesco com marchas, frevos e sambas.⁴²

A inauguração do Cassino Natal, nesse mesmo ano, veio reforçar essa idéia, uma vez que, sem tocar no inconveniente de um acontecimento desse porte em pleno período de guerra, os jornais estampavam em suas manchetes que o Cassino “vem sendo aguardado ansiosamente pela sociedade natalense (e que) vai ser uma coisa louca e deslumbrante as decorações do luxuoso e novo salão que será inaugurado no sábado de Carnaval no Teatro Carlos Gometts”.⁴³ Por esse novo espaço destinado à folia, inclusive, registrou-se a passagem de várias personalidades estrangeiras e brasileiras, alguns astros de Hollywood (“(...) em companhia do cel. Wallace Ford e de outras autoridades militares e civis, Humphrey Bogart esteve ontem no Cassino Natal”⁴⁴ –, assim como “grandes artistas do cinema e rádio americanos, Jack Benny, Larry Adams, Ann Lee e Winnie Shaw (que) tiveram a oportunidade de apresentar o espetáculo interessante e variado dedicado às forças do Tio Sam, que lutam pela causa da liberdade além-fronteira”.⁴⁵

Também há registro n' *O Diário* da inauguração de um “café cantante (...) possuidor de orquestra própria” com o seguinte nome: *Bar America-Seven Eleven Tavern*, afirmando que o mesmo “condiz perfeitamente com o progresso de nossa capital, primando pela luxuosidade e higiene”;⁴⁶ além de várias apresentações de cantores que vinham do Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, para o entretenimento das tropas:

O Show da Vitória hoje em Parnamirim – (...) a patriótica iniciativa dos Diários Associados em cooperação com o Cassino da Urca e a Cruzeiro do Sul (...) o show da Vitória será realizado hoje, às 20 horas, na base de Parnamirim, tomando parte do festival, além de outros, Cristina Maristany, Linda Batista, Pedro Celestino, Dorival Caymmi, Ary Barroso, o Trio de Ouro, Alvarenga e Ranchinho, Madalene Rosay e Grande Otelo (que) proporcionarão aos combatentes brasileiros e americanos momentos de grande prazer.⁴⁷

Assim, um certo clima de festa espalhava-se pela cidade, com a realização de eventos os mais diversos, como o “show da alegria” na base de Parnamirim, regado a “música e dança do nordeste e sul do país para os americanos, um empreendimento do seu distinto empresário sr. Rosalvo Mota, em cooperação com os distintos oficiais americanos cel. Ford, comandante da referida base, e seus assistentes tte. Baker e tte. Tegu (...)”;⁴⁸ ou as apresentações de artistas famosos no Teatro Carlos Gomes e nos clubes do USO, com seus “espetáculos dedicados às forças armadas brasileiras e norte-americanas”.⁴⁹ O lema era que se fizesse a alegria da soldadesca, da marujada, da gente comum, dos bem-nascidos, enfim, de “todos” e que se abrissem alas ao tríduo momesco. A guerra até podia servir como tema para enredos das escolas de samba, blocos e troças carnavalescas, mas nunca chegaria a impedir a comemoração do Carnaval em Natal:

(...) o reinado da alegria se aproxima. Os foliões estão a postos, prontos para tudo (...) O Carnaval deste ano, como o do ano passado, será essencialmente um carnaval de coloração diferente. Será um carnaval de guerra, um carnaval político. Um carnaval contra o nazi-fascismo, porque o Carnaval é uma festa do povo. Uma festa de confraternização. Festa de humildes e de potentados. Festa democrática, sem hipocrisia, sem convenções absurdas (...)⁵⁰

Sob a denominação de *Gigantes da Vitória*, um verdadeiro “séquito carnavalesco” saiu às ruas apresentando como carro alegórico um grande “Palhaço Teuto com cara de porco nazista”, enquanto o bloco *O Diabo na Quadriga*, “com Manuel Andrade à frente”, mostrou seu principal carro alegórico sob o tema “Adolfo na situação em que o destino, fatalmente, o arrastará”, cujo enredo/canção dizia o seguinte:

Adolfo sonhava ser
O dunga internacional
Mas eu o vou converter
Em bufão de Carnaval
(...) Bancaste, é certo, Adolfinho
O Gengis-Khan, não sei como
Agora espera um pouquinho
Em teu lugar reina o Momo!⁵¹

Como balanço final do Carnaval desse ano, o jornal anunciou que “felizmente, foi sob uma atmosfera tranqüila que decorreu o Carnaval (...) das alegorias que saíram à rua é interessante salientar a que simbolizava Hitler arrastado pela morte... o famigerado *fuher* vestia uma ampla túnica branca de condenado”.⁵² Até o final da guerra, o Carnaval natalense revestiu-se de sátiras políticas, como se pode perceber por este conclave assinado sob o pseudônimo de Chico Folia:

Precisamos fazer este ano um Carnaval de guerra (...) Ridicularizemos com caricaturas grotescas, Hitler, Mussolini, Hiroíto, Plínio Salgado e outros invertidos sexuais. Cantemos nas letras dos sambas as vitórias dos bravos soldados da Democracia.
Deve haver Carnaval? Sim. Nós não comemos? Nós não amamos? Não continuamos ganhando e perdendo dinheiro? (...) Não é com tristeza que vamos derrotar os inimigos da humanidade.⁵³

Essas manifestações carnavalescas de cunho explicitamente político deram-se ao mesmo tempo que acontecia um comício pela comemoração do segundo aniversário do rompimento do Brasil com o Eixo, organizado pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (Deip) pela Liga de Defesa Nacional, Associação Norte-riograndense de Imprensa, Cruz Vermelha, Legião Brasileira de Assistência, Delegacia Regional do Ministério do Trabalho e Departamento de Educação.⁵⁴ Dentro desse espírito carnavalesco-político que dominava a capital potiguar, uma tropça apareceu com o sugestivo nome de “Patrulha da Cidade”, como uma clara referência ao policiamento feito pelo pessoal da Defesa Civil durante os constantes exercícios de *black-out* aos quais já se acostumara a população natalense.⁵⁵

Por sua vez, ao lado das alegorias com temas políticos, que culminaram na realização do “Baile da Vitória” no Teatro Carlos Gomes, o noticiário evidenciava que “os índios mantiveram, sem qualquer quebra de brilho, as suas esplêndidas ‘performances’ (...)”, lembrando que o recém-chegado samba estava esquentando a cidade com os blocos “Bambas do Morro e Amigos do Batuque, ao compasso sonoro dos tamborins, cuícas e pentacórdios”⁵⁶ – sabe-se que as primeiras escolas de samba da cidade originaram-se a partir dos antigos blocos, que já desfilavam na avenida, mesmo sem apresentar sambas-enredo.

O Carnaval natalense, portanto, não perdeu o fulgor dos anos anteriores ao período da guerra, como ocorreu ao carnaval carioca. Aqui, ao contrário, a palavra de ordem (literalmente, já que o próprio prefeito Gentil Ferreira era o presidente da Federação Carnavalesca) foi incentivar a realização de prévias carnavalescas ou batalhas de confete, promover a divulgação do trabalho dos compositores locais através de concursos de músicas, inaugurar novos espaços para bailes e concursos de frevo, enfim, fazer do Carnaval o baluarte da nossa “identidade nacional”, frente à crescente influência cultural norte-americana. E essas medidas de alguma forma contribuíram para que houvesse uma maior reciprocidade em termos de influências entre americanos e potiguares, contrabalançando a freqüência aos bailes e festas promovidas pelo USO com uma maior participação dos estrangeiros nos festejos e concursos do “passo”, como informam alguns contemporâneos:

O Carnaval pra animar era o frevo, que era o auge naquele tempo. O concurso era na Tavares de Lira, depois subiu pro Grande Ponto, onde é a Praça Kennedy. Aqui os americanos se fantasiavam de mulher, brincando lá no Grande Ponto, eles gostavam muito, alguns bebiam e tentavam fazer o “passo” ... o frevo era uma coisa louca!⁵⁷

Melo afirma ainda que “eu fui um desses que ensinei a vários americanos que trabalhavam aqui. Porque não tinha só militares, tinha o que chamavam esse pessoal civil, *civilian personal*, eram ligados aos americanos e andavam todos à paisana. E também gostavam muito do Carnaval, aquilo tudo era muito animado... o sujeito pra não gostar de Carnaval, deve logo se deitar e mandar cobrir a tampa do caixão”.⁵⁸ O seu irmão e jornalista Veríssimo de Melo também dizia em seus artigos que

a participação desses nossos amigos (americano) no Carnaval que passou, foi sem dúvida um dos acontecimentos mais curiosos. De braço com a nossa rapaziada (...) eles caíram no frevo. E se o Carnaval deixou saudade em todos nós (...) estou certo que eles também sentiram e muita.⁵⁹

Além do contagiante frevo, da grande popularidade das marchinhas locais e do samba recém-chegado à cidade, provavelmente trazido pelos marinheiros cariocas que aqui aportaram, outros aspectos do Carnaval natalense faziam encher as ruas e avenidas (e as páginas dos jornais), como as apresentações das Tribos de Índios e a entrega da chave da cidade ao rei Momo – esta, uma cena que se transformara em um verdadeiro ritual, iniciando-se com o desembarque de Momo “pela escadaria da rampa da avenida Tavares de Lira”, seguido por um cortejo com “todos os clubes, blocos, ranchos e cordões (...) em toda a extensão da avenida até o Grande Hotel”, onde sua majestade falava ao microfone da emissora dos Diários Associados “a todos os foliões da cidade”, encerrando a cerimônia

com seu desfile “em carro aberto caprichosamente ornamentado”.⁶⁰ As apresentações das tribos de índios também atraíam a atenção dos visitantes, tanto que receberam convites para se apresentarem até mesmo fora do período carnavalesco – isso ocorreu, por exemplo, quando os americanos de Parnamirim Field chamaram os índios organizados por Augusto Brasil, um paraibano que teria sido o primeiro incentivador das tribos aqui na cidade, segundo informa seu filho Raimundo Nonato Brasil, para que fizessem uma espécie de filmagem com a participação de seus componentes, devidamente caracterizados, junto aos soldados da base americana:

Meu pai trabalhava como barbeiro lá na Ribeira e gostava muito de Carnaval, ele tinha um bloco, a Lira Ideal, que ele deixou pra fazer os índios. (...) Naquela época, os americanos que tinha aqui em Parnamirim mandaram chamar os índios pra uma filmagem lá. A gente fomo, chegemo lá, entramo num avião, sendo filmado, depois saímo do avião, saímo com os oficiais e os soldados tudo amarrado de dentro. A gente com as metralhadora assim, dentro dos mato, saímo do avião e prendemo eles dentro dos mato vizinho.

Era a história que eles inventaram lá, num sabe?

Lá em Parnamirim tem um morro muito grande, nós subimo no morro e aí os americano descia lá do morro lutando com os índio, agarrado um com o outro. A gente furava eles de flecha assim... atirava flecha neles... ficou bonito o negócio lá, os cara filmando assim... Prenderam a gente no avião, levantaram vôo e depois voltou pro mesmo canto, naquele aviãozão de guerra.

Mas era fora de época de Carnaval, foi de 44 pra 45, se eu num me engano. Eles levaram a gente pro Grande Hotel, filmaram a gente ali também. Foi os carrão americano tudo que levou a gente pra lá, os caminhãozão grande... e pagaram a gente muito bem.⁶¹

Da mesma forma, as tribos foram convidadas para se apresentarem em algumas festas dos clubes do USO, acontecimento que foi registrado pelo *Foreign Ferry News* como resultado de uma programação de três dias de comemorações do “famous Brazilian Carnival” no Town Club (na Ribeira) e no Beach Club (em Petrópolis), oferecendo como destaque a “Tribo dos Índios Potiguares – a group of popular carnival dancers and musicians”.⁶² Assim como as orquestras americanas tomavam conta das praças da cidade, o Carnaval tomava conta dos clubes americanos, mesmo que para estes isso fosse confundido com “coisa de circo”:

USO Schedules Circus Night for Town Club – (...) GI’s have had a chance to see the Brazilian Carnival and they are now eager to show the Brazilian girls who have been attending the USO dances what an American circus is like. Every attempt is being made to approximate the real thing – with “wild animals”, ring shows, clowns, et al.⁶³

Ao que tudo indica, dentre as especificidades do Carnaval natalense, o que os americanos mais apreciavam era exatamente seu lado “exótico”, “primitivo”, de onde o grande interesse pelas *performances* das tribos de índios com seus animais (apresentavam-se levando cobras, sagüis, papagaios etc.) e o batuque cadenciado que era sua marca registrada. Além disso, havia o interesse pela música e dança alucinante do frevo, que os tirava da posição de meros espectadores para a de participantes da folia. Houve até algumas ocasiões em que os clubes do USO realizaram eventos consentindo que orquestras brasileiras executassem músicas carnavalescas em suas festas, como na “Valentine Carnival Dance”,⁶⁴ e algumas que tentaram imitar o Carnaval brasileiro:

With the Brazilian Carnival Season just around the corner, the USO is making plans now to be “friendly neighbours” and frolic when the local citizens do. The first USO carnival event will be a Masked Costume Ball on Jan. 25 from 9 p.m. to midnight. Of course, regulation GI must be “de rigor” for the men.⁶⁵

Sem dúvida, nesse período de guerra em Natal, houve uma reciprocidade de influências entre a população nativa e os estrangeiros no que se refere a manifestações culturais. A própria denominação das festas que os americanos faziam e que abriam à participação de todos, conhecidas por *for all*, possivelmente tenha dado origem ao conhecido forró nordestino:

(...) música e dança surgida por volta da segunda metade do século XX, com a migração de nordestinos para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo (...) o forró tem sua origem explicada também nos bailes que os “gringos” radicados no Nordeste do país promoviam *for all*, ou seja, para todos, nos quais era permitida a presença da população local.⁶⁶

Isso não significa, entretanto, que o ideário do pan-americanismo, de harmonização e cooperação entre os diferentes povos, sob a batuta do Tio Sam, chegasse a representar um ponto pacífico para brasileiros e americanos “de carne e osso”, em seu convívio diário na capital potiguar. Há inúmeros indícios de desavenças e até casos policiais que costumavam ocorrer em todos os espaços da cidade, desde os clandestinos cabarés e pontos de jogo da Ribeira e Cidade Alta, aos mais notáveis salões de baile, onde o *fox* imperava. Neste sentido, nas ruas festivas de Natal, as tensões sociais que perpassaram esse contato-confronto recolocaram o Carnaval no centro do debate sobre a afirmação da nossa pretensa identidade nacional.

Recebido em agosto/2003; aprovado em dezembro/2003

Notas

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado da autora *Chiclete eu misturo com banana: Carnaval e cotidiano de guerra em Natal (1920-1945)*, Departamento de História, IFCH/Unicamp, março de 2004.

² Professora do Departamento de História da UFRN, Natal (RN).

³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1º/1/1942.

⁴ Id., 26/2/1943 (C.I. de Assis Ribeiro assina o artigo).

⁵ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 21/2/1942.

⁶ *Diário de Notícias*, Natal, 21/1/1943.

⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 11/2/1942.

⁸ Id., 17/1/1942 e 15/2/1943.

⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 25/1/1942.

¹⁰ Id., 2/3/1943 (ver a respeito Elizabeth Cancelli, *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. Brasília, EdUnB, 1994, especialmente o capítulo 4, sobre as medidas repressivas ensejadas pela política de imigração).

¹¹ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6/3/1943.

¹² *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 7/3/1943.

¹³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17/1/1943.

¹⁴ Id., Rio de Janeiro, 16/1/1943.

¹⁵ Id., Rio de Janeiro, 5/2/1944 (gritos meus).

¹⁶ Id., Rio de Janeiro, 11/3/1943.

¹⁷ Id., Rio de Janeiro, 5/2/1943.

¹⁸ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/3/1943.

¹⁹ Ibid.

²⁰ Ibid.

²¹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 2/3/1943.

²² Id., 5/1/1944.

²³ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7/1/1944.

²⁴ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22/2/1944.

²⁵ Ibid.

²⁶ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 10/2/1945 (grifos meus).

²⁷ *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8/1/1944.

²⁸ Id., 26/1/1944.

²⁹ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/2/1945.

³⁰ Ibid.

²⁹ Cf. TELES, J. *Frevo ao Manguebeat*. São Paulo, Editora 34, 2000 (ver também ARAÚJO, R. de C. B. de. *Festas: máscaras do tempo – Entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife*. Dissertação de mestrado. Recife, UFPE, 1992).

³⁰ *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11/2/1944.

³¹ Id., 16/1/1945.

³² Id., 4/2/1945.

³³ O *Diário*. Natal, 16/2/1945.

³⁴ Inquérito Policial, caixa IPO 25-49, 1940 (Arquivo Geral da Justiça de Primeira Instância da Comarca de Natal).

³⁵ O *Diário*, Natal, 16/1/1942.

³⁶ Id., 19/2/1942.

³⁷ Id., 14/3/1942.

³⁸ *A República*, Natal, 23/2/1941.

³⁹ O *Diário*, Natal, 14 e 19/2/1942.

⁴⁰ *A República*, Natal, 27/2/1943.

⁴¹ Id., 7/3/1943.

⁴² Id., 6/1 e 5/2/1944.

⁴³ Id., 12/2/1944.

⁴⁴ O *Diário*, Natal, 1º/12/1943.

⁴⁵ *A República*, Natal, 23/7/1943.

⁴⁶ O *Diário*, Natal, 29/3/1944.

⁴⁷ Id., 3/7/1943.

⁴⁸ Id., 13/8/1943

⁴⁹ Id., 28/12/1944.

⁵⁰ Id., 14/1/1944.

⁵¹ Id., 26 e 31/1/1944.

⁵² Id., 23/2/1944.

⁵³ Id., 20/1/1945.

⁵⁴ Id., 29/1/1944.

⁵⁵ Id., 5/3/1943. (O intelectual natalense Luís da Câmara Cascudo também participou dos trabalhos de vigilância da Defesa Civil nessa época, em que toda a cidade deveria apagar suas luzes, evitando possíveis ataques aéreos.)

⁵⁶ Id., 24/2/1944 (alguns depoimentos orais colhidos ao longo da pesquisa reafirmam que os soldados e marujos cariocas, que aqui aportaram nos anos da guerra, teriam trazido o samba a Natal.)

⁵⁷ Cf. Protássio Pinheiro de Melo (1914-), professor de língua portuguesa para americanos na base aérea Parna-mirim Field, em entrevista à autora, Natal, julho de 2002.

⁵⁸ Id.

⁵⁹ *O Diário*, Natal, 29/2/1944.

⁶⁰ *A República*, Natal, 18/2/1944.

⁶¹ Cf. Raimundo Nonato Brasil (1932-), organizador das tribos de índios do carnaval natalense, no bairro das Rocas, em entrevista à autora, Natal, julho de 2002.

⁶² *Foreign Ferry News*, Parnamirim Field, 11/2/1945 (o jornal/tablóide dominical era editado pela imprensa do estado, em idioma inglês, e destinado à circulação interna da base americana).

⁶³ *Id.*, 5/3/1944.

⁶⁴ *Id.*, 6/2/1944 – onde se lê: “Music for the dance will be furnished by a Brazilian band”.

⁶⁵ *Id.*, 23/1/1944.

⁶⁶ CASCUDO, L. da C. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10 ed. São Paulo, Global, 2001, pp. 249-250.